Regulamenta o ingresso nos cursos presenciais de Graduação da UFES no 1º semestre de 2019

A Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio; o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei 12.711/2012; a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino e suas alterações; a Portaria MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SiSU e suas alterações; a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, e Portaria Normativa Nº 9, de 05 de maio de 2017, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, bem como as demais disposições pertinentes da legislação em vigor, torna público este edital, contendo as normas, rotinas e procedimentos necessários à realização do Acesso aos Cursos de Graduação da UFES.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **1.1.** De acordo com a Resolução nº 13/2016 CEPE, de 27 de abril de 2016, a seleção às vagas dos cursos presenciais de graduação, em 2019, será efetuada por meio do Processo Seletivo do Sistema de Seleção Unificada SiSU, do Ministério de Educação MEC, utilizando-se como base, exclusivamente, os resultados obtidos pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), referentes ao ano de 2018.
- **1.2.** As vagas para os cursos de graduação da UFES que exigem teste de habilidade específica, como Música Bacharelado e Música Licenciatura, bem como os cursos na modalidade de ensino a distância, não serão oferecidas no Processo Seletivo SiSU/UFES 2019.
- **1.3.** Os candidatos interessados em concorrer às vagas ofertadas pela UFES, para entrada em 2019, deverão tomar conhecimento de todas as normas contidas neste edital e de todas as informações constantes do Termo de Adesão desta instituição ao SiSU, no endereço eletrônico www.sisu.ufes.br.

- **1.4.** A inscrição do candidato no Processo Seletivo do SiSU implica a autorização de utilização, pela UFES, das notas por ele obtidas no ENEM, bem como dos dados do seu questionário socioeconômico e das demais informações prestadas em sua inscrição.
- **1.5.** Os cursos, cujas vagas serão ocupadas por intermédio do SiSU, estão apresentados no Termo de Adesão, onde também é possível verificar a distribuição conforme a Reserva de Vagas, em cumprimento à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, ao Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e à Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.
- **1.6.** As vagas nos cursos de graduação da UFES, relacionadas no Termo de Adesão, serão ocupadas no 1º período letivo de 2019.
- **1.7.** Poderá concorrer às vagas descritas no Termo de Adesão o candidato que atender, no todo, aos seguintes requisitos:
- **1.7.1.** Ter concluído ou estar regularmente matriculado no último ano do Ensino Médio, com previsão de conclusão no ano letivo de 2018 e;
- **1.7.2.** Ter feito as provas do Exame Nacional do Ensino Médio de 2018 (ENEM 2018), conforme Edital nº 75, de 04 de outubro de 2018.
- **1.8.** São de inteira responsabilidade do MEC as informações disponibilizadas no Portal do SiSU: www.sisu.mec.gov.br.
- **1.9.** É de inteira responsabilidade do candidato, ou de seu representante legal, a observância das informações e dos prazos relativos ao Processo Seletivo do SiSU/UFES 2019.
- **1.10.** A UFES se desobriga do envio de mensagem eletrônica e de qualquer outra comunicação direta com os candidatos. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar por meio da página eletrônica www.sisu.ufes.br, as etapas e os comunicados da UFES quanto ao Processo Seletivo SiSU/UFES 2019.

2. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

- **2.1.** A seleção e a classificação dos candidatos às vagas disponibilizadas pela UFES, por meio do SiSU/2019, de que trata este edital, são realizadas pelo MEC, somente cabendo à UFES realizar a matrícula dos candidatos, conforme documentação exigida no presente edital.
- **2.2.** As vagas eventualmente não ocupadas, ao fim da chamada regular referente ao Processo Seletivo SiSU/UFES 2019 e/ou oriundas de desistências e/ou cancelamentos, serão preenchidas mediante Chamada de Lista de Espera, utilizando-se da lista de candidatos disponibilizada pelo MEC.
- **2.3.** O candidato selecionado na chamada regular, em uma de suas opções de vaga, não poderá participar da lista de espera, independentemente de ter realizado sua matrícula.
- **2.4.** Para participar da lista de espera, o candidato deverá manifestar seu interesse por meio da página do SiSU/MEC na internet, no endereço eletrônico www.sisu.mec.gov.br, no período previamente estabelecido.

3. DA RESERVA DE VAGAS

- **3.1.** As vagas oferecidas pelo Processo Seletivo SiSU/UFES 2019, reservadas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, assim como pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e suas alterações, serão distribuídas conforme o Termo de Adesão.
- **3.2.** O candidato que desejar concorrer às modalidades de reserva de vagas, citadas no item anterior, deverá, no ato da inscrição no SiSU, assinalar uma das seguintes opções:
- L1 candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo, que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:
- L2 candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras;

<u>L5</u> - candidatos que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras;

<u>L6</u> - candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras;

<u>L9</u> - candidatos com deficiência, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo, que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

<u>L10</u> - candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras;

<u>L13</u> - candidatos com deficiência que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras;

- <u>L14</u> candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:
- **3.3.** Para efeito de enquadramento do candidato na categoria Reserva de Vagas, de acordo com o disposto na Portaria MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e suas alterações, considera-se Escola Pública a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público no Brasil, nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- **3.4.** Em conformidade com o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, **não poderão concorrer** às modalidades de **Reserva de Vagas** os candidatos que tenham, em algum momento, cursado o ensino médio no todo ou em parte, em escolas da rede privada de ensino, filantrópicas ou comunitárias, mesmo na condição de bolsistas.

3.5. Compete exclusivamente ao candidato certificar-se de que cumpre os requisitos, estabelecidos pela UFES, para concorrer às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, sob pena de, caso selecionado, perder o direito à vaga.

4. CANDIDATOS COM RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO

- **4.1.** Este item adota providências no que diz respeito às vagas reservadas nas Modalidades L1, L2, L9 e L10, deste edital;
- **4.2.** A **comprovação de renda** é **ato obrigatório** e será analisada por **Comissão Especial para a Reserva de Vagas CERV**, antes da confirmação de matrícula presencial, mediante envio digital de documentos através de link que será disponibilizado no edital de convocação de matrícula.
- **4.3.** As informações referentes à comprovação de renda, bem como a documentação exigida se encontram descritas no **ANEXO I** deste edital.
- 4.4. Os casos omissos, duvidosos ou não previstos neste edital serão decididos pela Comissão Especial para a Reserva de Vagas CERV ou por pessoa designada.

5. CANDIDATOS PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS (PPI)

5.1. Este item adota providências no que diz respeito às vagas reservadas nas Modalidades L2, L6, L10 e L14, deste edital.

5.2. Considerando:

- I A Constituição Federativa do Brasil no seu artigo 3º, a lei nº 12. 711/2012 e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012:
- II A implementação, por meio de lei, de uma política de reserva de vagas em benefício da população negra e indígena, o que requer a obrigação do ente ou instituição federativa, de agir com o zelo necessário para efetivá-la, cumprindo com os preceitos constitucionais do Estado Democrático de Direito em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social;

III – Que a indevida ocupação de vaga reservada aos candidatos PPI vai de encontro ao dever - estatal e social - de construção de uma sociedade solidária, de redução das desigualdades sociais e de promoção do bem de todos sem preconceito de raças;

IV — Que permitir, mediante conduta omissiva, que pessoa negra (entende-se por negro os autodeclarados pretos ou pardos conforme critérios do IBGE) ou indígena, real destinatária da política afirmativa, seja preterida na ocasião da ocupação das vagas constantes da Lei nº 12.711/2012, por pessoa não negra e não indígena, representa a antítese de uma sociedade solidária e revela falta de comprometimento quanto aos fins de redução da desigualdade social e de promoção do bem de todos sem preconceitos raciais ou de cor.

- 5.3. O processo de verificação dos candidatos que concorrem à modalidade de reserva de vagas para PPI é ato obrigatório e será realizado por Comissão de Avaliação Étnico-Racial, antes da confirmação matrícula presencial em data a ser divulgada em edital de convocação de matrícula.
- **5.4.** A avaliação feita pela Comissão levará em conta única e exclusivamente as características fenotípicas do candidato, jamais a ascendência.
- 5.5. O candidato que for indeferido após a avaliação da Comissão, poderá interpor recurso em até48 (quarenta e oito) horas corridas após o indeferimento.
- **5.6.** A Comissão não responderá solicitações de revisão de resultado do recurso pessoalmente, por meio de correio eletrônico, contato telefônico ou quaisquer outros meios. Qualquer eventual dúvida do candidato será respondida mediante requerimento por escrito protocolado junto à PROGRAD.

6. CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- **6.1.** Este item adota providências no que diz respeito às vagas reservadas nas Modalidades L9, L10, L13 e L14 deste edital;
- **6.2.** A **análise de laudo médico** é **ato obrigatório** e será realizado por **Comissão de Análise de Laudo Médico**, antes da confirmação de matrícula presencial em data a ser divulgada em edital de convocação de matrícula.

- **6.3.** O percentual de vagas referente às pessoas com deficiência será baseado no último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE e considerará a Linha de Corte do Grupo de Washington, em consonância com a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e suas alterações.
- **6.4.** Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e a Portaria MEC nº 18, 11 de outubro de 2012 e suas alterações.
- **6.5**. Candidatos que pretendam fazer uso das prerrogativas que são facultadas às pessoas com deficiência deverão entregar laudo médico acompanhado da autodeclaração de Pessoa com Deficiência, que será disponibilizada no sítio eletrônico www.sisu.ufes.br.
- **6.6.** O laudo médico, que trata o parágrafo anterior, deverá ser assinado por um médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e o grau da deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência e as limitações impostas pela(s) deficiência(s). Deve ainda conter o nome legível, assinatura, especialização, número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) do médico que forneceu o laudo.
- **6.7.** A **Comissão de Análise de Laudo Médico** designada pela reitoria da UFES é responsável pela verificação do laudo médico à luz da legislação aplicável, e poderá, a qualquer momento, solicitar informação adicional, comparecimento presencial ou documentação complementar.
- **6.8**. O candidato que for indeferido, após a avaliação da **Comissão de Análise de Laudo Médico** poderá interpor recurso em **até 48 (quarenta e oito) horas** corridas após o indeferimento.

7. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE OBRIGATÓRIA

- **7.1.** A Manifestação de Interesse **é ato obrigatório** do candidato classificado, no qual ele confirmará seu interesse pela vaga, no endereço eletrônico <u>www.sisu.ufes.br</u>. A Manifestação de Interesse Obrigatório será realizada dentro dos prazos discriminados em Editais de Matrícula, complementares a este, publicados no sítio citado acima, tão logo o MEC determine o cronograma de matrícula SiSU/2019.
- **7.2.** Para candidatos que não disponham de acesso à internet, a UFES disponibilizará computadores na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), situada no *campus* de Goiabeiras, e nas Secretarias Únicas de Graduação (SUGRAD) dos *campi* de Alegre e de São Mateus.
- **7.3.** O ato de realização da Manifestação de Interesse Obrigatório assegura apenas a expectativa de direito à vaga ofertada no âmbito do SiSU, para a qual a confirmação foi efetuada, estando sua matrícula definitiva condicionada ao atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares de ingresso na UFES.
- **7.4.** O candidato deve evitar utilizar dispositivos móveis (celular, tablet, dentre outros) para realizar a Manifestação de Interesse Obrigatório.
- **7.5.** A não realização da Manifestação de Interesse Obrigatório nos prazos informados nos editais, implica a perda do direito aos resultados da classificação no Processo Seletivo SiSU/UFES/2019.

8. DA CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA PRESENCIAL

- **8.1.** A Confirmação de Matrícula Presencial **é ato obrigatório** de apresentação de documentação, a ser realizada, nos locais, dias e horários que serão divulgados em Editais de Matrícula, complementares a este, publicados em www.sisu.ufes.br.
- **8.2.** A Confirmação de Matrícula Presencial poderá ser realizada pelo próprio candidato, ou por procurador, que deverá apresentar-se munido da Cédula de Identidade (CI), emitida por órgão competente, ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH), portando, ainda, o instrumento de procuração simples e toda a documentação exigida ao candidato.

8.3. Para efetivação do cadastramento de matrícula presencial todos os (as) candidatos (as) classificados (as) deverão comparecer aos locais de cadastramento portando a documentação de sua respectiva modalidade:

A0 - candidatos classificados para as vagas de Ampla Concorrência:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade A0, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos: ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino; ou
 - Original do Diploma de Graduação;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

L1 - candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo, que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L1, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos; ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

- ENCCEJA: ou
- Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

L2 - candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L2, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos; ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e
 Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

<u>L5</u> - candidatos que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- Declaração de matrícula da modalidade L5, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos; ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

<u>L6</u> - candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L6, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos: ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;

- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

<u>L9</u> - candidatos com deficiência, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo, que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L9, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Laudo médico, conforme especificações indicadas no item 6.6;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos; ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e
 Zootecnia:
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

<u>L10</u> - candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L10, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Laudo médico, conforme especificações indicadas no item 6.6;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens

- e Adultos; ou
- Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
- Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
- Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e
 Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.

<u>L13</u> - candidatos com deficiência que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:

- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L13, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Laudo médico, conforme especificações indicadas no item 6.6;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos; ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia;

- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.
- <u>L14</u> candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras:
- ✓ Declaração de matrícula da modalidade L14, impresso, preenchido e assinado;
- ✓ Laudo médico, conforme especificações indicadas no item 6.6;
- ✓ Comprovação de conclusão do Ensino Médio:
 - Original do Histórico Escolar do Ensino Médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos: ou
 - Original certificado de conclusão do Ensino Médio com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; ou
 - Original do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA; ou
 - Original de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- ✓ Original do documento de identidade, ou documento equivalente;
- ✓ Original do título de eleitor;
- ✓ Original do certificado de quitação com o serviço militar, quando for o caso;
- ✓ Uma (01) fotografia, recente, 3x4.
- ✓ Comprovante de vacina antitetânica para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia;
- ✓ Comprovante de vacina anti-rábica para os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia.
- **8.4.** A não certificação do candidato no Ensino Médio implicará a perda automática da vaga, no momento da Confirmação de Matrícula Presencial na UFES. Na hipótese de se comprovar fraude ou inexatidão nos dados fornecidos na inscrição, ou na documentação comprobatória exigida, o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo, independentemente das ações legais cabíveis.
- **8.5.** O candidato que tenha concluído o Ensino Médio no exterior deverá apresentar, no ato do cadastramento de matrícula presencial, parecer de equivalência de estudos emitido pela Secretaria Estadual de Educação de qualquer Estado da União.

- **8.6.** É de responsabilidade do candidato se manter diariamente em constante atenção às informações publicadas nos endereços eletrônicos www.sisu.mec.gov.br e www.sisu.ufes.br. quanto às datas, locais e horários de entrega de documentação comprobatória para realização da matrícula.
- **8.7.** O não cumprimento de qualquer ato obrigatório referente à matrícula, ou a não apresentação da documentação exigida, implica a perda do direito aos resultados da classificação no Processo Seletivo SiSU/UFES/2019.
- **8.8.** Em hipótese alguma o candidato classificado poderá alegar desconhecimento das condições pré-estabelecidas e elaboradas neste Edital.
- **8.9.** A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na UFES, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.
- **8.10.** É vedado ao candidato aprovado no Processo Seletivo SiSU/2019 ocupar, na condição de estudante, mais de 01(uma) vaga, simultaneamente, em curso de graduação, em instituições públicas de Ensino Superior em todo o território nacional, em conformidade com a Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009.

Vitória, 30 de novembro de 2018.

Vera Lucia Bergami Pereira

Diretora do DRCA

Prof^a. Dr^a. Zenólia Christina Campos Figueiredo *Pró-Reitora de Graduação*

EDITAL INTERNO PROGRAD Nº 039/2018

EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO SISU/UFES 2019

ANEXO I

1. APURAÇÃO DA RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL *PER CAPITA*.

- 1.1 Na avaliação socioeconômica para apuração da renda familiar bruta mensal per capita, considera-se:
- I. Família, a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio;
- II. Morador, a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele reside na data de inscrição do candidato:
- III. Renda familiar bruta mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família, calculada na forma descrita no neste anexo:
- IV. Renda familiar bruta mensal *per capita*, a razão entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família, calculada na forma descrita neste anexo.
- 1.2 A renda familiar bruta mensal per capita será apurada de acordo com o seguinte procedimento:
- **I.** Calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o candidato, levando-se em conta, no mínimo, os três meses anteriores à data de inscrição do candidato;
- II. Calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados após a aplicação do disposto no inciso I deste item;
- **III.** Divide-se o valor apurado após a aplicação do disposto no inciso II deste item pelo número de pessoas da família do candidato.
- **1.3** No cálculo serão computados os rendimentos brutos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, advindos de salários, proventos, pensões, pensão alimentícia, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado autônomo, rendimentos provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.
- 1.4. Estão excluídos do cálculo:
- I. Os valores percebidos a título de:
- a) auxílios para alimentação e transporte;
- b) diárias e reembolsos de despesas;
- c) adiantamentos e antecipações:
- d) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- e) indenizações decorrentes de contratos de seguros;
- f) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial.
- **II.** Os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:
- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano:
- c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem Pró-Jovem;
- e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- f) demais programas de transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

2. DOCUMENTOS EXIGIDOS

2.1 As informações sobre a condição econômica e situação civil de todos os membros da família deverão ser comprovadas por meios oficiais, inclusive aquelas relacionadas a questões de pensão alimentícia, adoção, tutela, abandono e desaparecimento de responsáveis e união estável.

2.2 Documentação do candidato classificado:

- I. Cópia da Carteira de Identidade;
- II. Comprovante de residência referente aos meses de outubro, novembro ou dezembro de 2018;
- III. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social registrada e atualizada (página da foto, página dos dados pessoais, página do último contrato de trabalho e página subsequente em branco);
- IV. Cópia dos extratos bancários de **todas** as contas bancárias, incluindo conta poupança, dos três meses anteriores ao início das inscrições no SISU/UFES 2019, isto é, dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, das pessoas físicas e das pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros do seu grupo familiar (**SOLICITAR AOS BANCOS PREVIAMENTE** pois estes podem solicitar até 5 dias úteis ou mais para a entrega desse documento).
- V. Documentos para comprovação de sua situação civil e socioeconômica, de acordo com os itens 2.3, 2.4, 2.5 e subitens, conforme seu caso.

2.3 Documentações de todos os membros da família, INCLUSIVE DO CANDIDATO:

- I. Cópia do CPF ou comprovante de situação cadastral no CPF junto à Receita Federal, para maiores de 16 anos;
- II. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social registrada e atualizada (página da foto, página dos dados pessoais, página do último contrato de trabalho e página subsequente em branco);

EDITAL INTERNO PROGRAD № 039/2018

EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO SISU/UFES 2019

- III. Cópia dos extratos bancários de todas as contas bancárias, incluindo conta poupança, dos três meses anteriores ao início das inscrições no SISU/UFES 2019, isto é, dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, das pessoas físicas e das pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros do seu grupo familiar (**SOLICITAR AOS BANCOS PREVIAMENTE** pois estes podem solicitar até 5 dias úteis ou mais para a entrega desse documento);
- IV. Cópia da Certidão de Nascimento para os menores de 18 anos e maiores, se solteiros:
- V. Cópia da Certidão de Casamento;
- VI. Cópia da Certidão de Casamento com averbação ou documento judicial para os separados judicialmente;
- VII. Cópia da certidão de óbito, quando for o caso;
- VIII. Declaração de União Estável para os casados sem vínculo formal;
- IX. Declaração de separação de corpos para os casados no civil que ainda não possuem formalização da separação;
- X. Declaração de pagamento, recebimento ou não recebimento de pensão alimentícia, quando for o caso (o/a estudante poderá utilizar os modelos de Declarações disponibilizados no site www.sisu.ufes.br para comprovar tal situação);
- XI. Cópia dos documentos de adoção, tutela, abandono e/ou desaparecimento de responsáveis, quando for o caso;
- XII. Documentos que comprovem a renda familiar conforme itens 2.4, 2.5 e subitens, conforme o caso de cada membro da família.

2.4.1. Trabalhadores assalariados, empregados domésticos, estagiários e/ou "bolsistas".

- I. Cópia dos contracheques dos três meses anteriores ao início das inscrições no SISU/UFES 2019, isto é, dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018;
- II. Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), entregue em 2018, completa, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- III. Cópia do Comprovante de contribuição à Previdência Social com recolhimento em dia, **no caso de empregados domésticos ou diaristas**;
- IV. Cópia do extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS (pode ser retirado na Caixa Econômica Federal: agências, Internet ou Caixa Eletrônico);
- V. No caso de estagiários e/ou bolsistas remunerados, apresentar contrato de estágio, declaração da instituição ou outro documento que comprove a importância recebida nos três meses anteriores ao início das inscrições no SISU/UFES 2019, isto é, dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

2.4.2. Atividade rural (proprietário, produtor, outros).

- I. Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), entregue em 2018, completa, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- II. Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ entregue em 2018, completa, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- III. Cópia de quaisquer Declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros do grupo familiar, quando for o caso;
- IV. Cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), quando houver;
- V. Declaração do Sindicato ao qual está vinculado(a), atestando o rendimento médio mensal, caso seja sindicalizado;
- VI. Declaração de Rendimentos preenchida e assinada pelo(a) declarante, conforme modelo disponibilizado no site www.sisu.ufes.br;
- VII. Cópia de todas as notas fiscais de venda dos produtos agropecuários do ano de 2018; a última nota fiscal emitida em 2017 e a primeira nota fiscal de 2019, ainda que em branco;

2.4.3 Aposentados e pensionistas da Previdência Social ou regimes próprios (inclusive previdência privada).

- I. Extrato mais recente do pagamento de benefício (para os vinculados ao INSS, disponível no site www.previdenciasocial.gov.br link extrato de pagamento de benefício) referente à aposentadoria, auxílio-doença ou pensão:
- II. Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) entregue em 2018, completa, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

2.4.4. Autônomos, profissionais liberais e microempresários.

- I. Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), entregue em 2018, completa, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- II. Cópia do Simples Nacional e quaisquer outras Declarações Tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros do grupo familiar, quando for o caso;
- III. Cópia das Guias de Recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês compatível com a renda declarada;
- IV. Declaração de Rendimentos preenchida e assinada pelo declarante, conforme modelo disponibilizado no site www.sisu.ufes.br;

2.4.5. Rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis e imóveis.

I. Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), entregue em 2018, completa, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;

EDITAL INTERNO PROGRAD Nº 039/2018

EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO SISU/UFES 2019

II. Cópia do Contrato de Locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório, acompanhado dos comprovantes de recebimento dos três meses anteriores ao início das inscrições no SISU/UFES 2019, isto é, dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

2.4.6. Desempregados, do lar e pessoas que não possuem renda.

- I. Declaração de não exercício de Atividade Remunerada, conforme modelo disponível no sítio eletrônico www.sisu.ufes.br:
- II. Se algum membro da família estiver recebendo seguro-desemprego nos três meses anteriores ao início do período de inscrição no SISU/UFES 2019, isto é, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, apresentar comprovantes.

3. DO PRAZO DO RECURSO

- **3.1** O(a) estudante poderá interpor recurso contra o indeferimento, no prazo de dois dias, a contar do recebimento desta informação por e-mail cadastrado no ato de inscrição no SiSU/2019.
- **3.2** Os recursos serão avaliados pela **Comissão Especial para a Reserva de Vagas CERV**, que terá o prazo de 03 (três) dias úteis para emitir resultado final.
- **3.3** A Comissão Especial para a Reserva de Vagas CERV não responderá solicitações de revisão de resultado do recurso pessoalmente, por meio de correio eletrônico, contato telefônico ou quaisquer outros meios não especificados no Edital.